DIÁRIO RO
diarioro.com.br

Mala Direta Endereçada
Nº. 10.483.593/0001-48
Editora Gráfica Voz Regional LTDA
Correios

Ano XVII - Edição 1140 | Porto Velho - RO, 12 de novembro de 2026 | R$ 2,00

STF rejeita recurso de Rondônia e mantém derrubada de emenda que permitia governador exercer cargo à distância



Decisão unânime considera inconstitucional emenda que permitia ao governador manter suas funções remotamente durante ausências do estado.

O Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou, por unanimidade, recurso do Governo de Rondônia e manteve a declaração de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 174/2025, que permitia ao governador exercer suas funções remotamente durante ausências do território estadual.

A decisão foi relatada pelo ministro Flávio Dino, em julgamento virtual realizado entre 23 de outubro e 3 de novembro de 2026.

Leia mais na pág. 03

Comissão do Senado aprova auditoria em concessão de rodovia entre Rondônia e Mato Grosso

PÁGINA. 04

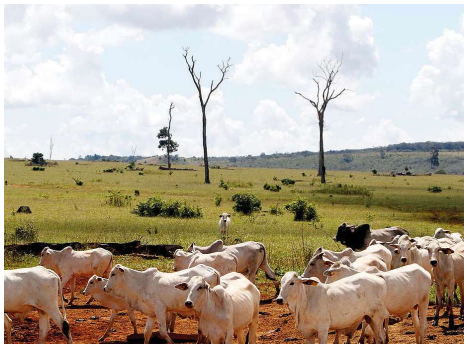
Assembleia suspende pagamentos a fornecedores e novas contratações até 19 de novembro



Medida assinada pelo presidente interino Laerte Gomes busca garantir equilíbrio financeiro e controlar despesas administrativas no encerramento do exercício de 2026

PÁGINA 02

Desmatamento ameaça produção agropecuária e exportações de carne bovina de Rondônia



Estudo aponta redução de até 75 dias no período chuvoso da Amazônia e alerta para impactos na pecuária, nas pastagens e na competitividade no mercado internacional.

PÁGINA 04

Prefeitura entrega estrutura capaz de drenar mais de 50 mil litros de água da chuva por hora



A iniciativa amplia as alternativas utilizadas pelo município para melhorar o manejo das águas pluviais e enfrentar problemas relacionados ao acúmulo de água em áreas urbanas.

PÁGINA 05

Diretor leva R$ 5 mil em caixa de remédio para secretária, é denunciado e acaba detido pela PM em Cacoal

PÁGINA 04

Alero aprova R$ 16,7 milhões para órgãos e serviços em Rondônia

A Assembleia Legislativa de Rondônia (Alero) aprovou três projetos de lei do Poder Executivo que autorizam a abertura de créditos adicionais no orçamento estadual, totalizando R$ 16.755.000. As propostas destinam recursos à Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril (Idaron), à Superintendência de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos (Sugesp) e à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico (Sedec), para regularizar aportes à Companhia Rondoniense de Gás (Rongás).

A aprovação ocorreu durante sessão ordinária nesta terça-feira, 10 de novembro de 2026. Os recursos abrangem despesas com servidores, manutenção de estruturas públicas, comunicação institucional e obrigações societárias do Estado.

Idaron receberá R$ 10 milhões para pagamento de servidores

O maior valor aprovado está previsto no Projeto de Lei 1.548/2026, que autoriza crédito adicional suplementar de R$ 10 milhões para a Idaron.

O montante será utilizado no pagamento da remuneração de servidores ativos e de encargos sociais da autarquia. Os recursos são provenientes de superávit financeiro apurado no exercício de 2025.

A medida busca assegurar o cumprimento das obrigações com pessoal e a continuidade das atividades de defesa sanitária animal e vegetal, consideradas fundamentais para a proteção da produção agropecuária em Rondônia.

Sugesp terá R$ 6,5 milhões para manutenção administrativa

O Projeto de Lei 1.580/2026 autoriza crédito adicional suplementar de R$ 6,5 milhões para a Sugesp, responsável por atividades administrativas e estruturas utilizadas pelo governo estadual.

A distribuição dos recursos prevê: R$ 3,4 milhões para manutenção administrativa da unidade; R$ 2,5 milhões para comunicação e transmissão de atos e fatos do governo; R$ 250 mil para manutenção do Palácio Rio Madeira e anexos; R$ 250 mil para ações de acesso aos serviços de atendimento ao cidadão; R$ 100 mil para atividades nos dez polos regionais.

Segundo a justificativa do Executivo, a suplementação permitirá manter contratos e serviços necessários ao funcionamento das unidades administrativas,



Recursos autorizados pelo Legislativo contemplam folha de pagamento da Idaron, manutenção administrativa da Sugesp e aportes de capital à Rongás.

incluindo conservação, manutenção predial, tecnologia da informação e atendimento à população.

Rongás terá regularização de aportes de capital

Também foi aprovado o Projeto de Lei 1.573/2026, que autoriza crédito adicional especial de R$ 255 mil para a Sedec. O recurso será destinado a aporte de capital na Companhia Rondoniense de Gás (Rongás), sociedade de economia mista da qual o Estado é acionista. Conforme a proposta, o valor permitirá regularizar aportes de capital referentes aos exercícios de 2023, 2024 e 2026, atendendo a compromissos assumidos pelo governo estadual como acionista.

A medida busca assegurar o cumprimento das obrigações societárias e contribuir para o equilíbrio financeiro da companhia, que atua no setor de gás natural em Rondônia.

Comissão do Senado aprova auditoria em concessão de rodovia entre Rondônia e Mato Grosso

A Comissão de Infraestrutura (CI) do Senado Federal aprovou um pedido de auditoria no processo de concessão da Rota Agro Central, projeto que prevê a transferência de 887,6 quilômetros de rodovias federais à iniciativa privada, no trecho entre Vilhena, em Rondônia, e Cuiabá, no Mato Grosso. O leilão está previsto para ocorrer no dia 17 de dezembro, na Bolsa de Valores de São Paulo (B3).

A solicitação foi apresentada pelo senador Jaime Bagattoli (PL-RO), que manifestou preocupação com os possíveis impactos econômicos da concessão, especialmente em relação à cobrança de pedágios. Segundo o parlamentar, a implantação das tarifas poderá elevar os custos do transporte rodoviário e, consequentemente, encarecer produtos comercializados na região Norte, afetando consumidores, produtores rurais e empresas que dependem da malha rodoviária.

O trecho contemplado pela concessão possui importância estratégica para Rondônia, pois integra uma das principais rotas utilizadas no transporte de mercadorias e no escoamento da produção agropecuária. A ligação entre Vilhena e Cuiabá é utilizada por caminhoneiros e transportadoras que movimentam grãos, carne bovina, combustíveis e outros produtos essenciais ao abastecimento regional. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos logísticos podem repercutir sobre diferentes setores da economia estadual.

O pedido de auditoria busca ampliar a fiscalização sobre o processo de concessão e permitir uma avaliação das condi-



ções estabelecidas para a exploração das rodovias. Entre os pontos de interesse estão os possíveis reflexos das tarifas sobre o transporte de cargas e a necessidade de garantir que os investimentos previstos contribuam para melhorar a infraestrutura, a segurança viária e as condições de circulação dos usuários. A aprovação do requerimento, entretanto, não representa a suspensão automática do leilão.

DIÁRIO RO
diarioro.com.br
Empresa Jornalística Voz Regional
CNPJ: 10.483.593/0001-48
Fundado em 19 de Novembro de 2008
Rua General Osório, 243 - Centro
CEP: 76801-086 - Porto Velho - Rondônia

Jornalismo
(69) 3224-2485
jornalismo.diarioro@gmail.com

REDAÇÃO
Rua General Osório, 243,
Centro - Porto Velho - RO

Redação
diarioderondonia@gmail.com

Comercial
vozregionaladm@gmail.com
(69) 99264-1811

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus autores e não refletem a opinião do veículo.

STF rejeita recurso de Rondônia e mantém derrubada de emenda que permitia governador exercer cargo à distância



Decisão unânime considera inconstitucional emenda que permitia ao governador manter suas funções remotamente durante ausências do estado.

O Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou, por unanimidade, recurso do Governo de Rondônia e manteve a declaração de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 174/2025, que permitia ao governador exercer suas funções remotamente durante ausências do território estadual. A decisão foi relatada pelo ministro Flávio Dino, em julgamento virtual realizado entre 23 de outubro e 3 de novembro de 2026.

A emenda, aprovada em junho de 2025, alterava a Constituição Estadual para autorizar o exercício das atribuições do governador por meios digitais. A norma também condicionava a substituição pelo vice-governador à comunicação expressa do titular à Assembleia Legislativa ou à ocorrência de impedimento legal. A alteração foi questionada pelo Partido Liberal (PL) e declarada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO), em novembro de 2025.

A Procuradoria-Geral do Estado recorreu ao STF, argumentando que a emenda apenas modernizava a administração pública, permitindo a continuidade das atividades governamentais por ferramentas digitais. O Estado sustentou que a medida não eliminava as hipóteses legais de substituição e não comprometia a separação dos Poderes. Entretanto, os argumentos foram rejeitados pela Corte.

Ao analisar o recurso, Flávio Dino destacou que os avanços tecnológicos não modificam as regras constitucionais de substituição do chefe do Executivo. Segundo o ministro, a substituição decorre de circunstâncias previstas na Constituição Federal e não pode depender da vontade do governador. O entendimento foi acompanhado pelos demais integrantes do STF.

Com a decisão, permanece inválida a Emenda Constitucional nº 174/2025, mantendo-se as regras de substituição do governador pelo vice nos casos constitucionalmente previstos. O STF considerou que a norma estadual comprometia as competências do vice-governador e contrariava os princípios republicano, democrático e da separação dos Poderes.

A decisão também reforça as atribuições constitucionais do vice-governador, garantindo a continuidade da administração estadual durante as ausências ou impedimentos do titular do Executivo.

O entendimento impede que a substituição fique condicionada à decisão pessoal do governador e assegura o cumprimento das normas previstas na Constituição Federal.

Assembleia Legislativa suspende pagamentos a fornecedores e novas contratações até 19 de novembro

A Assembleia Legislativa de Rondônia (Alero) determinou a suspensão temporária de pagamentos a fornecedores, abertura de processos licitatórios e formalização de novos contratos administrativos. A medida foi oficializada na terça-feira (10), por meio do Ato nº 051/2026-LEG/ALE, publicado na edição nº 208 do Diário Oficial Eletrônico da instituição, e terá validade até 19 de novembro.

A decisão foi assinada pelo deputado estadual Laerte Gomes, que exerce interinamente a presidência da Assembleia Legislativa. Segundo o documento, a determinação tem como finalidade assegurar o equilíbrio orçamentário e financeiro da Casa de Leis, além de racionalizar as despesas administrativas durante o período de vigência das restrições.

Entre as medidas estabelecidas está a suspensão de pagamentos relacionados à conversão de férias e licenças-prêmio de servidores em dinheiro, respeitadas as obrigações legais. O ato também restringe a autorização e a programação de pagamentos a fornecedores, incluindo despesas decorrentes de contratos de fornecimento de água, energia elétrica, internet e encargos administrativos.

Outra determinação envolve a paralisação da abertura de novos processos licitatórios e da formalização de contratações administrativas. A restrição também alcança procedimentos realizados por dispensa ou inexigibilidade de licitação, mecanismos previstos na legislação para situações específicas em que a contratação pode ocorrer sem disputa entre fornecedores.

Apesar das limitações, o ato estabelece exceções para despesas e procedimentos considerados indispensáveis ao cumprimento de obrigações judiciais. Nesses casos, as determinações poderão ser executadas, desde que estejam enquadradas nas hipóteses expressamente autorizadas pelo documento publicado pela Assembleia Legislativa.

A determinação também exige que os setores administrativos da instituição reorganizem seus procedimentos internos para garantir o cumprimento das restrições. Durante a vigência do ato, as unidades responsáveis ficam impedidas de iniciar processos ou encaminhar despesas abrangidas pela suspensão, exceto nas situações autorizadas.

A medida ocorre na reta final do exercício financeiro de 2026, período em que os órgãos públicos precisam acompanhar a execução orçamentária e organizar os compromissos assumidos. A suspensão temporária de determinadas despesas pode contribuir para o controle dos desembolsos e para a adequação da programação financeira aos recursos disponíveis.

Embora a Assembleia Legislativa



Medida assinada pelo presidente interino Laerte Gomes busca garantir equilíbrio financeiro e controlar despesas administrativas no encerramento do exercício de 2026.

justifique a decisão pela necessidade de preservar o equilíbrio financeiro e promover a responsabilidade na gestão dos recursos públicos, o documento não informa o valor total das despesas atingidas. Também não apresenta dados sobre eventual insuficiência de recursos em caixa ou sobre o impacto financeiro esperado com a suspensão.

Conforme o ato publicado, as restrições permanecerão em vigor até o dia 19 de novembro de 2026. Até essa data, os setores administrativos deverão observar as determinações estabelecidas, enquanto a instituição mantém o controle sobre a execução das despesas e os procedimentos de contratação abrangidos pela medida.

Diretor leva R$ 5 mil em caixa de remédio para secretária, é denunciado e acaba detido pela PM em Cacoal

O diretor do Hospital Materno Infantil de Cacoal, Célio Roberto Candil, foi detido pela Polícia Militar na tarde de terça-feira, após ser acusado de oferecer propina à secretária municipal de Saúde, Aline Barros Sulzbach. A ocorrência foi encaminhada às autoridades policiais depois que a Procuradoria-Geral do Município tomou conhecimento da denúncia apresentada pela secretária.

De acordo com o relato, o diretor teria entregado à titular da Secretaria Municipal de Saúde uma caixa que aparentava conter medicamentos. Entretanto, ao verificar o conteúdo da embalagem, a secretária encontrou a quantia de R$ 5 mil em dinheiro. Segundo a denúncia, o valor seria uma espécie de pagamento irregular para garantir a continuidade de um determinado contrato público.

Ainda conforme as informações apresentadas, a proposta envolveria o pagamento mensal de R$ 5 mil, condicionado à manutenção do contrato. A situação levantou suspeitas de tentativa de corrupção envolvendo a administração pública municipal, motivando o acionamento das autoridades para a adoção das providências legais cabíveis.

Após tomar conhecimento do caso, a Procuradoria-Geral do Município acionou a Polícia Militar, que realizou a detenção do diretor. A ocorrência passou a ser tratada pelas autoridades policiais, responsáveis por apurar as circunstâncias da entrega do dinheiro e a possível existência de irregularidades relacionadas ao contrato mencionado na denúncia.



Segundo denúncia, pagamento seria realizado mensalmente em troca da manutenção de um contrato público; prefeito determinou exoneração do diretor.

O episódio também provocou uma reação da Prefeitura de Cacoal. Em nota oficial, o prefeito Tony Pablo afirmou que a administração municipal não compactua com práticas de corrupção e reforçou que os servidores públicos têm o dever de comunicar qualquer suspeita de irregularidade envolvendo recursos ou contratos da administração.

Diante da gravidade das acusações, o prefeito determinou a exoneração de Célio Roberto Candil da direção do Hospital Materno Infantil. A medida administrativa foi anunciada após a denúncia, enquanto os fatos seguem sujeitos à apuração pelas autoridades competentes.

A defesa de Célio Roberto Candil foi procurada pela imprensa, mas preferiu não se manifestar sobre as acusações. Até o momento das informações apresentadas, não havia confirmação sobre eventual denúncia formal à Justiça ou decisão judicial relacionada ao caso. A detenção e a exoneração não representam, por si só, comprovação de culpa, que dependerá da apuração dos fatos e dos procedimentos legais.

Desmatamento ameaça produção agropecuária e exportações de carne bovina de Rondônia

Um estudo inédito conduzido pelo instituto WRI Brasil, divulgado nesta quarta-feira (11), revelou a relação entre a perda de vegetação nativa e a redução dos períodos chuvosos no Brasil. As mudanças climáticas ameaçam a produção de soja e carne bovina, duas das principais commodities nacionais.

Em Rondônia, onde a pecuária desempenha papel importante na economia, os efeitos podem comprometer a produtividade do rebanho, a disponibilidade de pastagens e as exportações de carne para o mercado internacional.

Os pesquisadores analisaram dados climáticos entre 1993 e 2023 e identificaram uma redução de até 75 dias na estação chuvosa em trechos da Amazônia e de até 45 dias em áreas do Cerrado. O levantamento também apontou aumento na frequência de temperaturas superiores a 35°C. Em Rondônia, períodos prolongados de estiagem podem prejudicar o crescimento das pastagens, reduzir a oferta de alimento para o gado e elevar os custos dos pecuaristas com suplementação alimentar e manutenção dos animais.

A preocupação também envolve o comércio exterior. Em 2025, a carne bovina liderou a pauta de exportações de Rondônia, movimentando aproximadamente US$ 1,46 bilhão, sendo US$ 688,1 milhões destinados à China. Entre janeiro e abril de 2026, as vendas internacionais do produto alcançaram US$ 498,66 milhões, dos quais US$ 206,43 milhões corresponderam ao mercado chinês. Os números demonstram a importância da pecuária para a economia estadual e a necessidade de preservar a capacidade produtiva dos frigoríficos e fornecedores.

Além da pecuária, a redução das chuvas pode afetar a produção de soja, especialmente nas regiões agrícolas do estado. A irregularidade das precipitações interfere no desenvolvimento das lavouras e aumenta os riscos de perdas na produtividade. Segundo o WRI Brasil, a diminuição da cobertura vegetal compromete o equilíbrio hídrico e pode agravar as condições climáticas nas áreas produtoras. O instituto recomenda fortalecer a fiscalização ambiental, acelerar a validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e ampliar os incentivos à recuperação de áreas degradadas.



Estudo aponta redução de até 75 dias no período chuvoso da Amazônia e alerta para impactos na pecuária, nas pastagens e na competitividade da carne rondoniense no mercado internacional.

Os resultados serão apresentados durante a COP31, em Antália, na Turquia, e reforçam a necessidade de medidas para reduzir os impactos das mudanças climáticas sobre o agronegócio. Em Rondônia, a preservação das florestas, a recuperação de pastagens e a proteção dos recursos hídricos são consideradas estratégias importantes para manter a produtividade do rebanho e a competitividade da carne bovina no exterior. O estudo, entretanto, não apresenta estimativas específicas de perdas financeiras ou redução das exportações rondonienses.

Limpeza de canal amplia retenção de água e ajuda a prevenir alagamentos em dois bairros

Prefeitura de Porto Velho, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seinfra), realiza serviços de drenagem e limpeza em diferentes pontos da cidade para reduzir os transtornos provocados pelas chuvas e preparar os bairros para o período chuvoso.

Desta vez, os trabalhos estão concentrados na região das nascentes do Igarapé do Tancredo, no bairro Lagoa, onde as equipes executam a limpeza e a retificação do leito do canal. A intervenção busca melhorar as condições de passagem da água e ampliar a capacidade de armazenamento ao longo do trecho.

Com a conclusão dos serviços, a expectativa é aumentar a capacidade de retenção em mais de 1 milhão de litros de água. A estrutura funcionará como uma espécie de reservatório natural, contribuindo para diminuir o volume de água que segue pelo canal durante as chuvas.

A medida também busca controlar a quantidade de água que chega ao bairro Três Marias, beneficiando diretamente as duas regiões e contribuindo para reduzir os riscos de alagamentos.

O prefeito Léo Moraes destacou a importância das intervenções preventivas para melhorar a drenagem e oferecer mais segurança aos moradores.

“Estamos trabalhando para melhorar a drenagem e preparar os bairros para o período chuvoso. Essa intervenção no Igarapé do Tancredo vai ampliar a capacidade de retenção de água e ajudar a reduzir os riscos de alagamentos no Lagoa e no Três Marias. É um trabalho preventivo que precisa continuar avançando para proteger a população”.

Além dos trabalhos no Igarapé do Tancredo, a Prefeitura realiza a limpeza de bocas de lobo e galerias, a instalação de novos bueiros e a manutenção das estruturas existentes. Essas intervenções contribuem para melhorar o escoamento das águas pluviais e evitar o acúmulo nas vias públicas.



Serviços de drenagem no bairro Lagoa ampliam a capacidade de retenção de água do Igarapé do Tancredo.

A Seinfra também reforça a importância da colaboração dos moradores, que devem evitar o descarte de lixo em canais, bueiros, galerias, ruas e terrenos baldios. O acúmulo de resíduos nesses locais pode obstruir as estruturas de drenagem e dificultar a passagem da água.

A limpeza e a manutenção dos sistemas de drenagem, associadas ao descarte correto dos resíduos, são medidas importantes para reduzir os impactos das chuvas.

Prefeitura entrega estrutura capaz de drenar mais de 50 mil litros de água da chuva por hora



Instalado no Pocket Park Jacaré, sistema de drenagem natural é capaz de absorver mais de 50 mil litros de água por hora e recupera área antes degrada pelo lixo.

A Prefeitura de Porto Velho vem associando a implantação de espaços de convivência à adoção de soluções de infraestrutura urbana que contribuem para melhorar a qualidade de vida da população.

Um exemplo é o Pocket Park Jacaré, localizado na zona Sul da capital, que, além de recuperar uma área anteriormente abandonada e utilizada para o descarte irregular de resíduos, recebeu um sistema de Jardim de Chuva.

Projetado para reproduzir processos naturais de absorção e infiltração da água, o Jardim de Chuva é uma estrutura de engenharia que recebe o escoamento das águas pluviais provenientes de telhados, calçadas, ruas e outras superfícies impermeabilizadas.

Dessa forma, contribui para reduzir o volume de água direcionado às galerias convencionais de drenagem.

Com a implantação no Pocket Park Jacaré, Porto Velho passa a contar com quatro estruturas desse tipo. A iniciativa amplia as alternativas utilizadas pelo município para melhorar o manejo das águas pluviais e enfrentar problemas relacionados ao acúmulo de água em áreas urbanas.

O prefeito Léo Moraes destacou que a utilização de soluções como os jardins de chuva complementa os serviços tradicionais de infraestrutura e drenagem.

"É uma solução moderna que se soma às obras de drenagem e aos serviços de limpeza para enfrentar um problema antigo da nossa cidade. Os desafios estão sendo vencidos e nossa capital segue rumo a uma nova realidade, com organização, qualidade de vida e respeito aos seus cidadãos", disse o prefeito.

Além de contribuir para o escoamento das águas pluviais, a implantação dessas estruturas também permite aproveitar áreas urbanas para criar ambientes de convivência e lazer. No caso do Pocket Park Jacaré, a intervenção recuperou um espaço que anteriormente apresentava problemas relacionados ao descarte irregular de resíduos.

O secretário executivo de Serviços Básicos, Giovanni Marini, ressaltou a importância da estrutura e destacou sua capacidade de drenagem.

"O local onde está o Pocket Park Jacaré era uma área de descarte irregular de lixo em Porto Velho. Com essa entrega, nós acabamos com esse problema de maneira imediata. O Jardim de Chuva dessa área é capaz de drenar mais de 50 mil litros de água em uma hora de chuva", afirmou Giovanni Marini.

A Prefeitura de Porto Velho prevê ampliar a implantação dessas estruturas ao longo do próximo ano, levando a tecnologia a outras regiões do município e integrando soluções de drenagem à recuperação de espaços públicos.



Polícia Civil identifica quatro homens mortos em confrontos com a Polícia Militar na Capital



As ocorrências foram registradas em pontos distintos da capital.

A Polícia Civil de Rondônia confirmou a identificação de quatro indivíduos que morreram após entrarem em confronto armado com guarnições da Polícia Militar ao longo desta terça-feira, dia 10 de novembro de 2026, em Porto Velho.

Os mortos foram identificados como Ruan Miguel Magalhães de Souza, de 19 anos; Eduardo Silva Damasceno, de 32 anos; Danilo Moquedace Teixeira Júnior; e o adolescente Marcos Eduardo Maciel Barbosa, de 17 anos. Todos chegaram a ser socorridos e encaminhados ao Hospital de Pronto Socorro João Paulo II, mas não resistiram aos ferimentos.

As ocorrências foram registradas em pontos distintos da capital. Na Avenida Imigrantes, uma intervenção policial resultou na morte de dois dos suspeitos, oportunidade em que os agentes apreenderam dois revólveres e uma espingarda.

Um adolescente localizado com o grupo no momento da ação foi conduzido para averiguar se atuava com os suspeitos ou se era mantido como refém.

Em outra ação realizada no bairro Nacional, Ruan Miguel foi atingido e veio a óbito. Já na Linha 27, localizada na zona rural da capital, Eduardo Silva Damasceno foi alvejado durante operação travada por equipes da Força Tática do 9º Batalhão da Polícia Militar.

Um segundo indivíduo envolvido nesse confronto conseguiu se evadir pela vegetação densa e é procurado pelas forças de segurança sob a suspeita de também estar ferido.

As investigações seguem para esclarecer as circunstâncias dos confrontos e verificar a possível ligação entre os envolvidos nas diferentes ocorrências. A Polícia Civil também deverá apurar a origem das armas apreendidas e a participação de outros suspeitos.

Motorista é preso no Mato Grosso com 170 kg de skunk escondidos em máquina de sorvete com origem em Rondônia

Uma carga de aproximadamente 170 quilos de skunk foi apreendida pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) na noite de terça-feira (10), durante fiscalização no quilômetro 211 da BR-364, em Rondonópolis (MT).

A droga estava escondida dentro de uma máquina de sorvetes transportada em um caminhão-baú.

O veículo, um Mercedes-Benz amarelo, foi abordado pelos policiais durante uma fiscalização de rotina. O motorista informou que transportava mudanças e encomendas provenientes de Rio Branco (AC) e Porto Velho (RO).

Durante a vistoria, um cão farejador indicou a presença de entorpecentes no interior da máquina de sorvetes.

Após desmontarem o equipamento, os agentes encontraram 162 tabletes de skunk, que somaram cerca de 170 quilos. A documentação apresentada indicava que a máquina havia sido despachada em Porto Velho e tinha como destino Aparecida de Goiânia (GO). O motorista foi preso e encaminhado, junto com a droga apreendida, para as providências legais.



A documentação apresentada indicava que a máquina havia sido despachada em Porto Velho.

A ocorrência chama atenção pela forma utilizada para esconder o entorpecente, que estava acondicionado no interior de um equipamento de grande porte e poderia passar despercebido durante uma fiscalização convencional.

A PRF informou que o material apreendido e o motorista foram encaminhados às autoridades competentes, que deverão dar continuidade às investigações. O objetivo é identificar a origem e os responsáveis pelo envio da carga.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

EXTRATO DE REINICIO DE OBRA

PROCESSO: 1-1208/SEMOSP/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ALTO PARAISO-RO.
CONTRATADA: MJ CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 07.783.504/0001-74.
DO OBJETO: PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO DE CONCRETO EM VIA URBANA COM DRENAGEM E CALÇADA.
DO VALOR: R$ 619.139,88.
REINICIO: a partir de 07/11/2026.Obs.: Contrato assinado nos autos respectivo. O Contrato em sua íntegra encontra-se no portal; http://www.altoparaiso.ro.gov.br/ e http://www.diariomunicipal.com.br/arom/, Código Identificador: E631EFB4, data de circulação 12/11/2026.

Alto Paraíso/RO, 09 de novembro de 2026.

JOÃO PAVAN
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE - RO

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 70/2026

A Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste torna público que realizará o Pregão Eletrônico nº 70/2026. Tipo: Menor Preço por Item. Processo Administrativo nº 2851/SEMSAU/2026. Objeto: Aquisição De Medicamentos E Insumos De Saúde, Destinados Ao Atendimento De Determinações Judiciais Que Impõem Ao Município O Fornecimento De Medicamentos E Insumos Aos Pacientes Beneficiários, Conforme As Respectivas Decisões Judiciais. Conforme Termo de Referência (Anexo I do Edital). Valor estimado: R$ 98.708,56 (Noventa e Oito Mil, Setecentos e Oito Reais e Cinquenta e Seis Centavos). Data de abertura: 27/11/2026, às 09h (horário de Brasília/DF). O edital encontra-se à disposição nos sites: https://www.gov.br/pncp/pt-br www.licitanet.com.br e www.ouropretodooeste.ro.gov.br para conhecimento, sendo que a sessão pública ocorrerá pelo site www.licitanet.com.br. Informações complementares: Preferencialmente, pelo endereço eletrônico: dcl@ouropretodooeste.ro.gov.br ou no Departamento de Licitação da Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste/RO, situada na Av. Daniel Comboni, 1156, Jardim Tropical. Horário de atendimento: de segunda à sexta-feira, exceto feriados, das 7h30min às 13h30min.

Ouro Preto do Oeste/RO, 11 de novembro de 2026.

Fernanda Batista Lima Pavaneli
Pregoeira
Decreto nº 19.709/2026

Mais de uma tonelada de drogas é apreendida em Guajará-Mirim

A operação faz parte do trabalho integrado das forças de segurança que atuam na região de fronteira de Rondônia. A presença de equipes especializadas e o compartilhamento de informações entre os órgãos ampliam a capacidade de fiscalização em áreas rurais e de difícil acesso, utilizadas por grupos criminosos para tentar ocultar e transportar entorpecentes.

Durante a ação, o emprego do cão de faro da Receita Federal foi fundamental para auxiliar as equipes na localização da droga escondida em meio à vegetação. Após a descoberta, os entorpecentes foram recolhidos e encaminhados para os procedimentos legais e periciais.

Ao todo, foram retirados de circulação 1.241,9 quilos de drogas, sendo 1.220,9 quilos de maconha e 21 quilos de cocaína. Apesar do grande volume apreendido, nenhuma pessoa foi presa durante a ocorrência.

O material foi apresentado na Delegacia da Polícia Federal em Guajará-Mirim, onde deverá passar pelos procedimentos necessários. A investigação poderá buscar informações sobre a origem da carga, os responsáveis pelo transporte e possíveis conexões com grupos envolvidos no tráfico de drogas na região.

A ação reforça a importância da atuação conjunta entre instituições estaduais e federais no enfrentamento ao tráfico de drogas na faixa de fronteira. A integração entre equipes de policiamento, investigação, fiscalização e apoio aéreo permite ampliar a presença das autoridades e dificultar a utilização de áreas isoladas para atividades criminosas.

A apreensão também representa um impacto significativo sobre a logística do tráfico na região, ao retirar uma grande quantidade de entorpecentes de circulação. As forças de segurança devem manter as ações de fiscalização.



Ilícitos foram encontrados com o auxílio de cão de faro da Receita Federal.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE ALTO PARAÍSO - RO

AVISO DE REVOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1039/2026

O Município de Alto Paraíso/RO torna pública a REVOGAÇÃO da Dispensa de Licitação Eletrônica nº 006/2026, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em engenharia, arquitetura e áreas afins para elaboração dos projetos executivos da 2ª etapa de construção do Hospital Municipal de Alto Paraíso/RO. A revogação fundamenta-se em razões de interesse público.

Alto Paraíso/RO, 11 de novembro de 2026.

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE CHUPINGUAIA - RO

AVISO
RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº. 46/2026 PROCESSO Nº 1671/2026.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/SRP/2026.

O município de Chupinguaia – RO, inscrito no CNPJ 01.587.887/0001-29, com sede à Avenida 27, 1133 – CEP: 76.990-000, neste ato legalmente representado por WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES, portador do CPF nº 023*******, RESOLVE, registrar preços para Futura e eventual aquisição de materiais de consumo odontológico, destinados ao atendimento das demandas da Equipe de Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA – Empresas vencedoras: valor total: R$ 310.977,22. ABSOLUTA SAUDE IMP. EXP. E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - 30.082.076/0001-74 com os Lotes: 1, 2, 3, 4 no valor total de R$ 144.016,22 . DENTAL SAUDE LTDA - 03.657.303/0001-70 com os Lotes: 5, 9 no valor total de R$ 92.390,00. BCM ATACADISTA LTDA - 33.164.783/0001-06 com os Lotes: 6 no valor total de R$ 39.000,00. HGM DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - 37.053.176/0001-11 com os Lotes: 7, 8 no valor total de R$ 35.571,00. A Ata na integra encontra-se a disposição dos interessados no site no Portal da Transparência: www.chupinguaia.ro.gov.br, e https://pncp.gov.br/app/atas?pagina=1&q=chupinguaia&status=vigente.

Chupinguaia – RO, 11/11/2026.

MAGNO BARBOSA DA SILVA FERREIRA
GERENTE DE REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE ALTO PARAÍSO - RO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 058/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 1935/2026

O Município de Alto Paraíso/RO torna público que realizará Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço por Lote, visando à aquisição de equipamentos para ampliação do PLAYGROUND da Praça 13 de Fevereiro, conforme C.V. 650/2024/PGE-SEOPSP. Valor estimado: R$ 18.970,00. Abertura: 26/11/2026, às 10h00min (horário de Brasília). Edital disponível em www.licitanet.com.br e www.altoparaiso.ro.gov.br. Informações: (69) 99974-9293 ou cpl.pmap123@hotmail.com.

Alto Paraíso/RO, 11 de setembro de 2026.

Thiago Santos de Souza
Agente de Contratação

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE MACHADINHO D'OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 37/SEMADFAZ/2026

Órgão Requisitante: Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste através da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda. Proc. Admin. nº 4428/2026. Objeto: Contratação de empresa para prestação de Serviços Gráficos (Blocos de IPTU) e aquisição de Plaquetas/Etiquetas Patrimoniais através do Sistema de Registro de Preço para atender a demanda das secretarias que compõe a administração. Na forma da Lei nº. 14.133/21 e LC nº 123/2006 com suas alterações e Decreto Municipal nº 4022/2024 realizará o Pregão Eletrônico do tipo Menor Preço por item, Modo de Disputa: Aberto. Valor Previsto R$ 114.000,00 (Cento e quatorze mil reais). Envio das propostas será das 09h00min do dia 13/11/2026 até as 08h30min do dia 30/11/2026. Início da sessão pública virtual será às 09h00min do dia 30/11/2026. (Horários de Brasília). Local da disputa virtual: (https://www.licitanet.com.br/). Edital e anexos disponíveis no referido site e/ou no site institucional do órgão: www.machadinho.ro.gov.br. Informações Complementares na Diretoria de Compras, sediada à Avenida Rio de Janeiro, 3098, Centro, Machadinho D´Oeste – RO, em dias úteis das 07h30min, às 13h30min. Contato telefone: (69) 3581-3278 e/ou e-mail: cpl@machadinho.ro.gov.br

Machadinho D'Oeste - RO, 11/11/2026

Samara Raquel Kuss de Souza
Pregoeira



Talento de Rondônia Kaio Brenno brilha nas bases do Botafogo



Filho de Janilson Xana, jovem de 16 anos passou por Avaí e Portuguesa-RJ antes de chegar ao Botafogo, onde já é titular no Sub-19.

A trajetória de um jovem talento de Porto Velho ganha novos horizontes nos gramados do Rio de Janeiro.

O volante rondoniense Kaio Brenno, de apenas 16 anos, veste atualmente a camisa do Botafogo, realizando um dos maiores sonhos de sua vida esportiva e carregando o DNA do futebol de Rondônia para um dos clubes mais tradicionais do país.

A história de Kaio no esporte começou cedo, aos nove anos, na Escolinha Prado Atlético Clube — embrião do que hoje é a base atual do Rondoniense Social Clube —, onde permaneceu até os 13 anos.

De lá, o atleta transferiu-se para o Avaí (SC), clube em que permaneceu por dois anos e meio até a desmobilização no final de 2025.

No início de 2026, teve uma breve passagem pelo profissional do próprio Rondoniense antes de se mudar para o Rio de Janeiro, movimento impulsionado pela contratação de seu irmão mais novo, Theo, de 10 anos, pelas categorias de base do Vasco da Gama.

No Rio, Kaio defendeu a Portuguesa-RJ por três meses e meio. Foi atuando pela Lusa na Copa Rio Sub-16 que o volante chamou a atenção dos observadores técnicos do Botafogo, sendo convidado para um período de testes que terminou com sua aprovação oficial no Glorioso.

O talento nas quatro linhas não é por acaso. Kaio é filho de Janilson Xana, figura muito respeitada e com uma história marcante no futebol de Rondônia, com passagens em clubes como Genus, Rondoniense SC e Ji-Paraná.

Para o jovem atleta, vestir a camisa alvinegra carrega também um forte significado emocional e de gratidão familiar. Me sinto como se eu estivesse vivendo o que meu pai queria viver, mas não conseguiu por condições financeiras. É por isso que ele faz de tudo para eu trilhar esse caminho que eu tanto quero. A adaptação ao futebol carioca tem rendido frutos rápidos.

Além da aprovação imediata em sua avaliação no clube de General Severiano, Kaio já acumula minutos de peso vestindo a camisa botafoguense. Recentemente, disputou a Copa Atêntico Sub-19 com apenas 16 anos, atuando como titular em todas as partidas da equipe na competição. o rondoniense projeta seus próximos passos com orgulho de suas origens.



Prefeitura de Jaru abre inscrições para a 1ª Olimpíada Jaruense



Competição contará com disputas de handebol, futevôlei, vôlei de quadra, vôlei de praia e xadrez.

A Prefeitura de Jaru, por meio da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Turismo - Semecelt, promoverá a 1ª Olimpíada Jaruense, que acontecerá de 27 de novembro a 6 de dezembro.

A competição contará com disputas em cinco modalidades esportivas, sendo handebol, futevôlei, vôlei de quadra, vôlei de praia e xadrez.As modalidades de handebol, vôlei de quadra e vôlei de praia terão categorias masculinas e femininas, enquanto o futevôlei e o xadrez serão disputados em categorias mistas.

As inscrições estão abertas e seguem até o dia 18 de novembro.

Os interessados podem se inscrever pelo WhatsApp (69) 99958-7932 ou presencialmente na sede da Semecelt, localizada nas dependências do Estádio Municipal Leal Chapelão.O atendimento presencial acontece de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30.

A iniciativa tem como objetivo incentivar a prática esportiva, promover a integração entre atletas e comunidade e movimentar o calendário esportivo do município.

A expectativa é de participação de equipes e competidores de diferentes regiões, fortalecendo o esporte local e proporcionando momentos de lazer e confraternização durante os dias de competição.

Além das disputas esportivas, a Olimpíada Jaruense deverá contribuir para revelar novos talentos e incentivar crianças, jovens e adultos a participarem de atividades físicas. A programação também reforça o compromisso do município com o esporte como instrumento de convivência, disciplina e saúde.